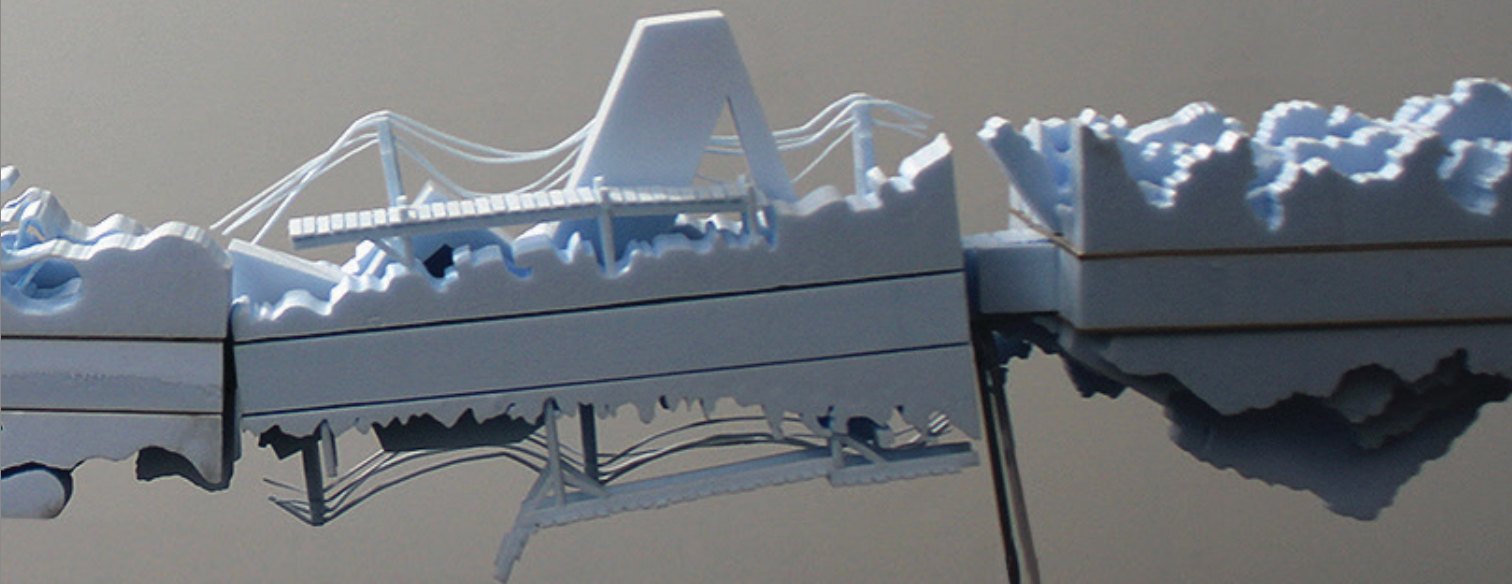


# A ÁGUA COMO PATRIMÓNIO

EXPERIÊNCIAS DE REQUALIFICAÇÃO DAS CIDADES  
COM ÁGUA E DAS PAISAGENS FLUVIAIS

PAULO PEIXOTO  
JOÃO PAULO CARDIELOS  
(ORGS.)

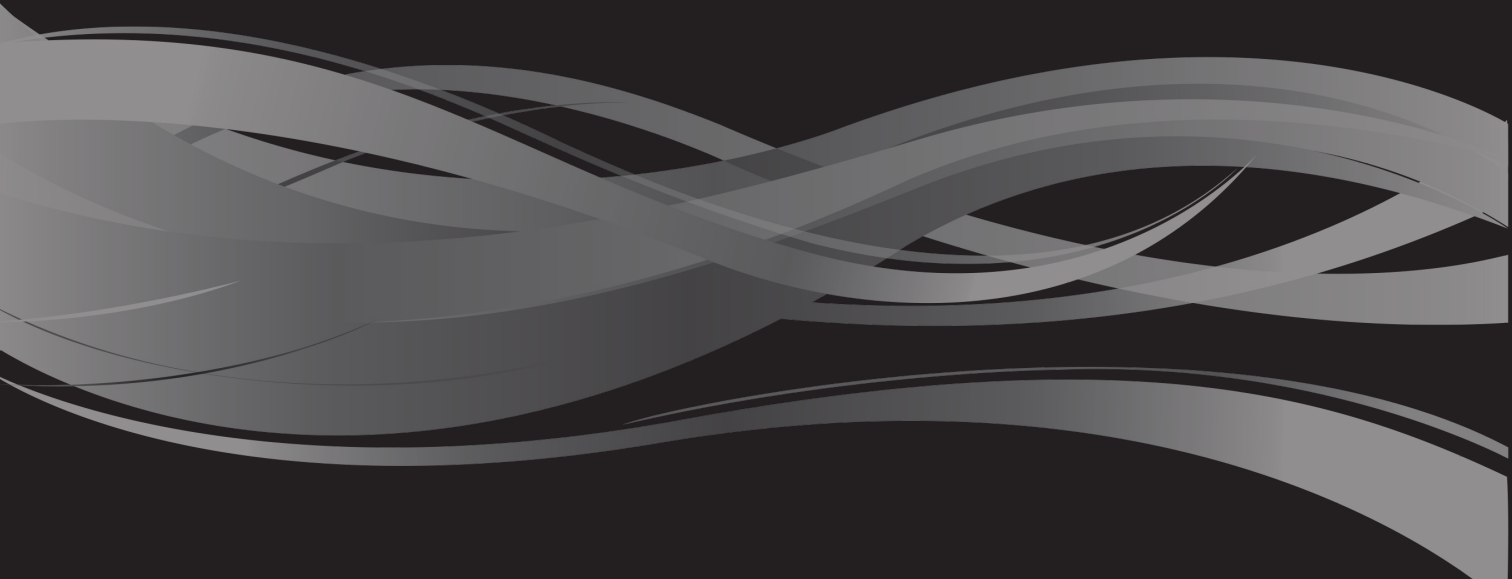
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# A ÁGUA COMO PATRIMÓNIO PASSADO, PRESENTE MAS, SOBRETUDO, FUTURO

LUCILLA PREVIATI





O peso, cada vez mais relevante, que as alterações climáticas têm nas dinâmicas ambientais, mas também sociais e económicas, do mundo contemporâneo, leva à necessidade de pensar e elaborar novas políticas para a gestão dos recursos naturais e ambientais, baseadas num conceito de desenvolvimento sustentável que parta da valorização e tutela do ambiente, da revalorização económica e social da realidade territorial envolvida e, por fim, que saiba promover atividades dinâmicas de “auto-regeneração” dos recursos.

O “Livro Branco” da União Europeia, sobre a adaptação às alterações climáticas, define uma estratégia com o intuito de tornar a U. E. menos vulnerável perante os impactos destas mudanças. O quadro estratégico definido baseia-se em quatro ações principais:

- Construir uma base sólida de conhecimentos sobre os impactos e as consequências das alterações climáticas;
- Integrar o desiderato da adaptação nas principais políticas da U. E.;
- Utilizar uma combinação de instrumentos político-estratégicos (entre os quais instrumentos de mercado e linhas de orientação), para garantir um eficaz cumprimento dos objetivos;
- Acelerar a cooperação internacional.

A adaptação é fundamentalmente local, dado que os impactos das alterações climáticas variam de região para região, mas consiste num desafio de grande alcance, já que a necessidade de adaptação é partilhada pela maior parte dos processos naturais e das atividades humanas.

A Direcção Geral “Ações para o clima” está a trabalhar, em conjunto com outros serviços da Comissão Europeia, para especificar as medidas qualitativas concretas a pôr em execução, preconizando, desde 2013, uma estratégia de adaptação climática. Um dos temas centrais da estratégia é a política em matéria de águas, que se torna um argumento central e prioritário nos debates essencialmente ambientais, mas também sociais, económicos, urbanísticos e culturais.

Para o Delta do Pó e para Comacchio, a sua cidade mais representativa (pelo menos na parte Emiliana), a água tem sido, desde sempre, portadora de economia, determina os perfis sócio-económicos das suas gentes, caracteriza o seu território e desenha a sua paisagem.

Como principal recurso dos territórios costeiros desenvolve, acima de tudo, inúmeras funções ecossistémicas e está no centro de numerosos interesses, às vezes contraditórios entre si, de utilização na agricultura (um dos usos mais avançados e qualificados do mundo), no transporte e no turismo.

Garantir a qualidade e a correta gestão permanece um dos objetivos prioritários da entidade de gestão Parques e Biodiversidade - Delta do Pó, instituição tutelada pela Lei Regional n. 24, de 23 de dezembro de 2011, que prossegue as atividades de tutela e de valorização do Parque Regional do Delta do Pó Emiliano, estendido ao longo da costa adriática de Goro a Cervia e que contem, dentro dos seus 54.000 hectares, um complexo de zonas húmidas que está entre as mais importantes e ricas em biodiversidade da Europa.

Para enfrentar os possíveis problemas de reduzida disponibilidade de água para irrigação, provocados pelas mudanças de clima e pela exigência de conservação dos ecossistemas aquáticos, e, ao

mesmo tempo, para levar a cabo ações de encaminhamento, numa rede de escoamento adequada, das quantidades provenientes das violentas e cada vez mais abundantes e imprevisíveis precipitações, surge uma nova ideia de «Delta», em que uma estratégia consolidada de requalificação da rede de águas se integre com a regeneração das paisagens costeiras, criando um ressarcimento ecológico para toda a planície do Pó, da qual o Delta constitui o bio-filtro: uma “nova reabilitação paisagística” a partir do acabamento em pedra da rede hidrográfica secundária (composta pelos canais reabilitados), as zonas de expansão dos principais cursos de água, os serviços da rede de águas em terrenos agrícolas pouco produtivos, a inclusão de reservatórios escoamento das águas do mar (como é o caso de Valle Fattibello em Comacchio, Piallasse em Ravenna ou Saline).

A recente discussão iniciada pelo Ministério da Coesão Territorial, em conjunto com outros Ministérios italianos, para a programação de Fundos Comunitários 2014-2020 e o trabalho em curso para o Plano Estação «Centro histórico de Comacchio, componente estratégica do próximo Plano Estrutural Comunal, levam à reflexão em termos estruturais da “água como património”.

É possível ler-se, na página 60 do relatório do Ministro Barca, com o título “Métodos e objetivos para um uso eficaz dos fundos comunitários 2014-2020” (Roma, 27 de dezembro de 2012):

“... o governo das bacias hidrográficas, a qualidade das águas e a melhoria dos serviços são os principais objetivos a atingir (...). A tutela e a qualidade da água serão garantidas através de práticas agrícolas compatíveis e incentivando a reutilização das águas tratadas de modo a reduzir a extração de águas (...). Em relação à tutela e à promoção dos bens naturais e culturais, em matéria de Biodiversidade, o objetivo é pôr em prática políticas para completar e sustentar a gestão da Rede Natura 2000, no âmbito terrestre e marítimo, para valorizar as iniciativas de desenvolvimento económico e social dos territórios (...). As ações deverão favorecer a proteção da biodiversidade biocultural ligada à paisagem. (...) As medidas Agro-ambientais (...) serão postas em prática com uma abordagem mais inovadora (...). Sobretudo as ações de biodiversidade aplicadas no território rural deverão favorecer não o resultado de abandono ou de naturalização, mas sim a manutenção ou a recuperação da biodiversidade característica da paisagem rural italiana...”

E ainda, entre as ações prioritárias para o cumprimento destes objetivos, a necessidade de “garantir melhores serviços ambientais para os cidadãos”, tutelando e promovendo os bens naturais e culturais através de:

- ações previstas no “Prioritized Action Framework” (PAF) redigidas pelas regiões que conjuguem as ações de tutela com a valorização económica dos recursos existentes, ativando as comunidades locais;
- ações previstas nos Planos de gestão e/ou de salvaguarda da Rede Natura 2000;
- intervensões para a valorização de áreas de atração cultural e natural, caracterizadas pela presença de recursos culturais (museus, monumentos, áreas arqueológicas, bens

- arquitectónicos e paisagísticos) e naturais (parques naturais, áreas protegidas e locais de interesse naturalístico) de relevância nacional susceptível de consolidar e promover processos de desenvolvimento fundados na atração de recursos exógenos e na mobilização de recursos endógenos;
- intervenções voltadas para a promoção de indústrias culturais e criativas ligadas à valorização dos recursos culturais e à capacidade de fazer do território um criador de incubadoras de empresas especializadas; realização de redes de administração (em particular as universidades, museus, institutos culturais) para experiências de empreendedorismo criativo; promoção de projetos empreendedores criativos e de projetos de cidadania ativa;
  - Intervenções com o intuito de consolidar os sistemas agrícolas extensivos, em particular os que se dedicam à valorização das raças animais e vegetais ameaçadas pela erosão genética ou pela extinção”.

Neste sentido, e de acordo com as linhas políticas estratégicas a serem elaboradas a nível europeu e nacional, a Entidade de Gestão dos Parques e da Biodiversidade - Delta do Pó empenhou-se concretamente, ao longo dos últimos anos, propondo, ativando e participando em diversos projetos a nível europeu, com o objetivo principal de aprofundar, analisar e intervir sobre o território, definindo novas políticas estratégicas de intervenção, elaborando projetos de requalificação e valorização e perseguindo objetivos de desenvolvimento sustentável, dando particular atenção às novas exigências naturais, ambientais, paisagísticas e climatéricas.

O projeto “água como património” representa, neste sentido, uma experiência de reflexão teórica a nível de projeto e uma ocasião de comparação internacional, através do trabalho de equipa promovido e incentivado pelo Programa Cultura 2007-2013, e de diálogo com o contexto ambiental, político e cultural local. O objetivo principal do Projeto foi a redescoberta da importância dos rios e das paisagens de água para as estratégias de relançamento económico, assim como de requalificação e valorização, tanto urbana como paisagística, do território costeiro. Este objetivo surge da consciência da extrema riqueza antropológica que estes elementos tiveram, desde sempre, na história da civilização humana, tornando os territórios, um pouco por todo lado, elementos estruturantes, assim como proporcionando condições de base de muitos dos bens económicos e sociais das populações instaladas.

O âmbito escolhido para “pensar o futuro” nos territórios costeiros é local, situado no território municipal de Comacchio, um estudo de caso de extremo interesse, pois foi uma paisagem desde sempre configurada e transformada pelos sistemas de controlo, saneamento e exploração das águas. Só depois do segundo pós-guerra esta simbiose entre a pressão humana e o sistema das águas se reduziu progressivamente, com efeitos negativos no atual ordenamento do território. O passado deixou, porém, numerosos testemunhos, muitos deles tornados património histórico e museológico, outros ainda em utilização, que permitem, se forem valorizados adequadamente, percorrer a génese e as modificações do território.

A riqueza antropológica da área constitui uma potencialidade de primeiríssima importância, uma vez que a água e os valores ambientais, paisagísticos e culturais dos quais se faz porta-voz, constituem:

- elemento estruturante para o território;
- condição de base para a economia e a sociedade local.

Os objetivos do projeto pretendem propor uma mudança substancial de direção em matéria de escolhas de planificação, redescobrimo a importância dos rios e dos percursos de água nas estratégias de relançamento económico e nos processos de requalificação e valorização urbana e paisagística do território costeiro.

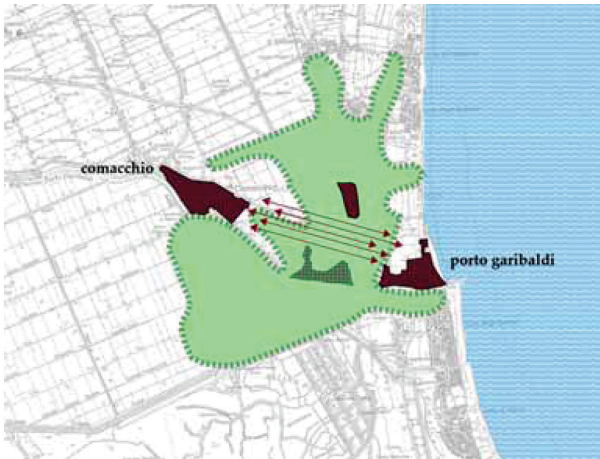
A água, neste sentido, é entendida como “nova norma urbanística”, dotada de um grau de obrigatoriedade em cada escolha que inclua uma transformação do território. Uma água que assuma formas plurais, à semelhança de outros elementos urbanísticos, assumindo, dependendo dos casos, um ou mais dos seguintes estatutos: espaço público, infra-estrutura para a mobilidade, mecanismo para o controlo hídrico, âmbito produtivo, elemento de valor ambiental, nó ecológico, componente da paisagem, etc.

A água, nas suas várias formas, torna-se um elemento e ocasião de reflexão sobre a necessidade de definir uma nova abordagem e um novo método de interpretação do território, compreendido no seu conjunto (natural, rural e urbanizado) e, conseqüentemente, na necessidade de imaginar novas propostas, novas formas e novos caminhos para o desenvolvimento do território, interrompendo o processo de consumo do solo, muitas vezes causa de um consumo paralelo de valores e identidade, e concentrando as novas e futuras políticas de desenvolvimento a favor do reconhecimento e da valorização do património existente.

O projeto “Água como património” propõe, portanto, o retorno ao uso sábio dos sistemas das águas como possível alternativa (ou contributo) às atuais práticas urbanísticas, que demonstraram incapacidade em poder governar, com eficácia e eficiência, um território extremamente complexo e contraditório, como é o caso do território de Comacchio.

As lagoas representam ambientes altamente produtivos do ponto de vista biológico, por isso, é de relevante importância preservar a sua funcionalidade ecossistémica; mas tornou-se necessário, ao mesmo tempo, considerar a lagoa, mais que um espaço natural, um local depositário de testemunhos de uma possível e feliz convivência entre natureza e cultura, incluindo também, entre os aspetos a tutelar, a atividade antrópica.

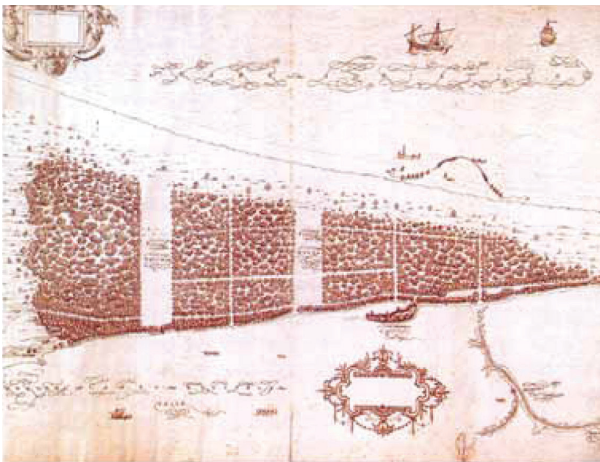
Neste sentido, no respeito dos valores identitários e patrimoniais dos quais o território se faz porta-voz, através da comparação sempre aberta entre a realidade local e internacional, é necessário pensar, hoje, em novas paisagens de qualidade. As temáticas relativas à água, além de implicações, económicas, políticas e sociais de vasta importância, abrem desafios ricos em tensão a nível do conteúdo do projeto. Experiências pontuais, inseridas porém em cenários estratégicos de escala territorial, devem delinear novas metodologias e modelos de desenvolvimento integrado, em que as paisagens se tornem capazes de tutelar e de regenerar os recursos, através do distanciamento em relação ao papel até agora desempenhado de mero contexto.



A conexão entre Comacchio e a faixa costeira (parque da cidade)



Sistema de águas interiores



Floresta Eliceo e antigo sistema de dunas





Floresta Eliceo e antigo sistema de dunas



Vale Ilha



Centro histórico